

Discurso do Presidente do Governo dos Açores
no encerramento dos debates parlamentares
do Programa do X Governo Regional

11 de Dezembro de 2008

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Concluimos, neste momento, a discussão do Programa do X Governo Regional dos Açores, empossado na sequência da vitória eleitoral do Partido Socialista. Na intervenção inicial que tive a oportunidade de fazer, já pude, sector a sector, dar-vos conta das nossas ambições, das nossas dificuldades, das nossas propostas e da nossa determinação.

Estes debates parlamentares, acerca do Programa do Governo, mostraram-nos três dias em que a oposição não descansou um só minuto para desmerecer os resultados da acção governativa, para lançar reprovações e epítetos desmerecedores. Pouco ou nada se viu ou se ouviu em matéria de alternativas às opções e ao modelo de desenvolvimento apresentados pelo Governo.

Pela parte dos membros do Governo e do partido que o apoia demos conta, em todo o tempo, das nossas ideias e de centenas de medidas que julgamos possível e adequado promover e executar nos próximos quatro anos. Temos o apoio parlamentar necessário e uma grande força interior para cumprirmos os nossos deveres, emprendermos com firmeza e recompensarmos os açorianos da confiança que em nós depositaram.

O PSD passou o tempo todo também a dizer que o Governo está em fim de ciclo: o Governo que acabou de ser eleito e o PSD que acabou de ser derrotado. Quem está em fim de ciclo é o PSD! À continuidade inovadora do Governo, o PSD responde com a continuidade de uma oposição que não dá tréguas à discordância, nem faz jus ao bom senso e à razão. Nós continuaremos a governar com o sentido da mudança e com o entusiasmo da renovação para preparar o futuro. O PSD continuará na oposição com a intransigência costumada e com a resignação de só ter encontrado para o seu futuro uma solução do seu passado. É esse o significado da sua conduta parlamentar e da escolha da sua liderança. Nós estamos a olhar para a frente – o PSD escolheu ficar a olhar para trás.

O Programa do Governo, bem como as explicações que aqui prestámos, mostram como não tememos corrigir o que entendemos que não estava a correr bem; mostram como sabemos inovar e reformular prioridades quando os acontecimentos e as mudanças o sugerem; mostram como desenvolvemos uma visão permanentemente actualizada, com políticas novas para desafios novos.

Enfrentando com decisão os problemas actuais, expusemos o nosso plano para contornar e reduzir os efeitos da crise que se repercute nos Açores. Já antes o tínhamos feito, na sequência de um acordo com as organizações empresariais, e voltamos a fazê-lo neste parlamento, explicitando dezenas de medidas, preparadas ao longo dos últimos dois meses, boa parte das quais de aplicação imediata.

Pelo contrário, a abordagem do PSD da actual crise económica é paradigmática da forma como se integram ainda na política regional. Tudo o que é mau é por culpa do Governo e tudo o que o Governo faz é mau.

Mesmo num mundo actualmente tão conturbado e tão preocupado à escala quase global – e com medidas de compensação, em tudo similares às nossas, que vão sendo preparadas e tomadas pelas instancias decisórias, ao nível de áreas alargadas de mercados e ao nível de países e regiões – a oposição partidária nos Açores, com relevo para o requentado PSD, vai

decretando a alto e bom som que, afinal, a crise é obra e graça do Governo e do Partido Socialista dos Açores. E, por isso, para o ainda maior partido da oposição, quanto pior tudo estiver, pior estará para o Governo e para o Partido Socialista. Por isso exaltam, ufanos, as contrariedades, e omitem, como podem, os outros aspectos positivos e os benefícios.

O colapso de instituições financeiras internacionais disseminou estagnações e regressões económicas por toda a parte. A economia dos Açores, porém, vai manter o seu crescimento positivo, ainda que, evidentemente, com uma quebra face aos períodos homólogos anteriores. Mas, para alguma oposição partidária nos Açores, os efeitos negativos que chegam à Região são sempre, como ouvimos nestes três dias, consequência e culpa do nosso Governo, e o melhor comportamento comparativo da nossa economia e dos rendimentos familiares são apenas mérito do acaso.

Dizer em Julho passado que, em apenas três meses, as taxas de juro de referência estariam abaixo dos 2%, o petróleo nos 40 dólares, a economia mundial em recessão e os grandes bancos internacionais à beira da falência, era, no mínimo, uma alucinação ou algo que se apelidaria de desconhecimento total do funcionamento dos mercados.

Exigir ao Governo dos Açores que tivesse a capacidade de antevisão duma conjuntura que nenhum governo da Europa, da Ásia ou do continente americano revelou, ou que tivéssemos instrumentos de reacção que nem o Banco Central Europeu, a Reserva Federal norte-americana ou qualquer outra instituição financeira mundial conseguiu ter, conforme alguma oposição exigiu de forma atabalhoada neste debate, é, no mínimo, desonesto ou inconsciente.

No próximo ano, a recessão económica é já uma certeza no Japão, nos EUA, na Letónia, na Estónia, no Reino Unido, na Irlanda, na Suécia, na Espanha, na Lituânia, na Itália, na França, na Alemanha, possivelmente em Portugal, na Dinamarca, na Bélgica, na Holanda. Houve mesmo um país que já faliu – a Islândia – que uns quantos alardeavam ser o paradigma a seguir pelos Açores. Os analistas económicos apontam que os Estados Unidos estão a viver a pior crise de consumo desde 1942 e estão a alcançar a mais elevada taxa de desemprego dos últimos

25 anos. Para a oposição regional, então, todos os governos desses países, da Ásia à América e à União Europeia, incluindo o dos Açores, não prestam para nada. Só se salva o PSD/Açores, que, se estivesse no Governo, tinha dado uma lição, por antecipação e por subsequência, a esse mundo inteiro desacautelado. Não teria havido crise em lado algum e nem uma ligeira brisa dela teria sido sentida em qualquer dos nossos recantos. Mas acha este PSD recauchutado que engana alguém com a sua suposta antevisão e sabedoria sobre a crise?

É verdade que já não falam da Madeira, para que não haja comparações que beneficiem os Açores: sim, a Madeira – a menina dos olhos do PSD/Açores – onde o desemprego é maior e o investimento público em tempo de crise desce, onde a dívida directa é três vezes maior que a dos Açores, onde o montante de avales concedidos é mais do que o triplo do nosso, onde, por derradeira má figura se recorre, exangue, ao “programa pagar a tempo e horas” do Governo da República, que não é mais do que outra dívida à Banca e onde a dívida do sector público não avalizada deverá estar perto dos quatro mil milhões de euros.

O PSD parece poder adormecer com qualquer crise económica e social nos Açores, mas não gosta de reconhecer que resistimos melhor e acorda inquieto quando ouve ou vê o Governo a tomar medidas para superar as dificuldades: então, enciumado, atrasado e a reboque, corre para os órgãos de comunicação social, diz que o que o Governo anunciou é sempre pouco, que dez medidas não bastam mas quinze encantam, que vão pensar mais, apresentar e prometer pelo menos o dobro. E prometem mesmo, como se acaba de ouvir neste debate, com a apresentação de um *pastiche* das medidas já tomadas pelo Governo Regional, numa espécie de promoção de “Leve mais uma ou duas medidas do que o pacote deles”, visto que, depois do fiasco do plano divulgado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada – em que, por exemplo, uma das propagandeadas medidas era resolver as dificuldades habitacionais das famílias, destacando quatro irrisórios euros por habitante para o efeito (medida que nem dará para meia dúzia de casas), e outra medida era não aumentar o preço dos bilhetes dos “minibus” (em Angra do Heroísmo são completamente gratuitos) – depois desse fiasco, urgia, agora, emendar a mão com ares e propostas mais sérias, ainda que pouco originais.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

É preciso, é justificado e é muito importante transmitir confiança às famílias açorianas e às nossas empresas. Temos dificuldades, como os outros, naturalmente, mas menos do que outros. Temos dificuldades, mas temos medidas e meios para as combater. É um desafio que queremos ultrapassar; um desafio que vamos vencer.

A um problema efectivo de aumento das despesas com os encargos bancários, com os combustíveis, com as matérias-primas e com os produtos alimentares – que teve como consequência a redução do rendimento líquido das famílias açorianas e da sua capacidade de consumo – o Governo dos Açores respondeu com medidas concretas de apoio ao rendimento das famílias e empresas açorianas, tendo, só em 2008, através da menor carga fiscal e da concretização de um conjunto de apoios complementares específicos às famílias açorianas, assegurado um rendimento disponível em 253 milhões de euros superior ao que teriam se vivessem no continente português. Estas medidas permitiram que cada família açoriana beneficiasse, em média, de um rendimento superior em 3.491 euros ao que teriam se vivessem, em idênticas condições, em Portugal Continental.

Em 2009 vamos reforçar estes apoios e estas medidas, sendo a redução do IRS, a introdução do complemento regional ao abono de família e outras facilidades em creches apenas alguns exemplos. Temos um optimismo, que me parece justificado, que a significativa baixa das taxas de juros – que irá em 2009 começar a beneficiar progressivamente o rendimento disponível das famílias açorianas – associada à redução muito significativa do preço dos combustíveis e das matérias primas, bem como a redução da inflação, possibilitarão que os açorianos tenham no próximo ano um aumento consolidado do seu poder de compra e, conseqüentemente, já acresça o consumo privado, com os efeitos positivos na dinamização da actividade económica.

Mas se o consumo privado terá, no próximo ano, um aumento espectacular, o crescimento económico da Região só será assegurado se tivermos capacidade de associar o aumento do consumo ao aumento do investimento público e do investimento privado, ao incremento da nossa capacidade de exportação de bens e serviços e à criação de emprego. Por isso, não hesitámos: decidimos aumentar em 10% as despesas públicas de investimento, em relação ao executado este ano, e duplicar o apoio ao investimento privado.

Para além das linhas de crédito de reforço, em 40 milhões de euros, do fundo de maneiio das empresas açorianas e, até ao montante de 100 milhões de euros, destinada a consolidar e reestruturar os seus financiamentos bancários, posso, também, anunciar, hoje, que o Governo dos Açores irá apoiar a implementação nos Açores do Fundo de Investimento Imobiliário para o Arrendamento Habitacional. A criação desse instrumento permitirá reforçar o apoio às famílias com dificuldades em cumprir os seus encargos financeiros, resultantes da aquisição de uma nova habitação, reduzindo significativamente os encargos por elas suportados e aumentando de forma expressiva o acesso das famílias de menores recursos a novas habitações. Esta medida permitirá também dinamizar o mercado habitacional, assegurando a rentabilização das habitações existentes no mercado e, assim, dando um novo impulso ao sector da construção civil com os impactos positivos e o efeito multiplicador que essa dinamização tem em toda a actividade económica e na criação de emprego.

Com esta medida, em simultâneo, aumentamos o apoio às empresas, criando condições de reforço da sua liquidez e da sua capacidade para promover novos empreendimentos e investimentos.

Mas a nossa intervenção na dinamização do mercado da habitação vai mais além, pelo que posso anunciar também que o Governo Regional vai participar na criação de um Fundo Imobiliário para dinamizar a aquisição de novas habitações, que, por via da retracção dos mercados financeiros, tinha decrescido, e possibilitando a famílias, particularmente jovens – cuja taxa de esforço ou risco da sua estrutura de rendimentos ainda não permitiam aceder aos

financiamentos bancários – ganharem esse acesso através da partilha, pelo Governo, desses encargos e desses riscos.

Estas intervenções na área habitacional vão certamente facilitar o acesso das famílias ao crédito para aquisição, assegurar a mais famílias o acesso a habitação própria dentro dos seus níveis de rendimento, imprimir um novo dinamismo, procurando evitar a estagnação prolongada do mercado imobiliário, e introduzir mais liquidez na economia e nas empresas, assegurando a manutenção ou o crescimento do emprego.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Ao abrir os debates do Programa do Governo dei ênfase à necessidade que temos de, para o nosso crescimento económico sustentado, incrementarmos as nossas capacidades de exportação.

Neste contexto, a solidez do sector agrícola tem um papel fulcral no reforço da competitividade da nossa economia. Também estamos em condições de anunciar outras duas novas medidas, que permitirão aumentar a rentabilidade das explorações agrícolas, o rendimento dos nossos agricultores e melhorar a sua situação financeira: através da primeira, que pude anunciar na última campanha eleitoral, é criado um programa especial, complementar ao apoio aos projectos de investimentos promovidos pelos agricultores, que garante o pagamento atempado dos respectivos incentivos e comparticipação pública, eliminando e anulando os custos intercalares de natureza financeira que penalizavam os agricultores por causa do diferimento no tempo dos pagamentos a receber; a segunda medida tem que ver com a disponibilização de um plano de apoio às iniciativas de reestruturação financeira dos investimentos realizados nas explorações agrícolas, com o objectivo de reduzir o impacto negativo que a subida das taxas de juro teve na estrutura de custos de produção e na rentabilidade da actividade.

Os empresários agrícolas dos Açores ouvirão, com certeza, com agrado, estes anúncios, reconhecendo o seu impacto na sua economia e no seu rendimento.

Anunciámos também que iremos criar um programa de apoio, através de subsídio reembolsável, à manutenção dos postos de trabalho nas empresas açorianas, e que iremos criar, igualmente, um apoio específico às empresas que se inserem em mercados cuja procura é manifestamente sazonal, como, por exemplo, a restauração e a hotelaria, financiando a remuneração dos seus funcionários nas épocas baixas, ao mesmo tempo que lhes asseguramos nesses períodos uma nova formação profissional. Conseguimos, assim, simultaneamente, reforçar a empregabilidade dos trabalhadores e reduzir os encargos dessas empresas.

No sector das pescas vamos introduzir um programa de apoio à exportação de peixe proveniente das chamadas “ilhas da coesão”, que poderá incluir uma comparticipação pública até 90%. Esta é, também, uma medida que beneficiará, em muito, a economia piscatória nessas ilhas e o rendimento dos pescadores.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

O nosso Programa é o que aqui foi presente. Temos o dever de o procurar cumprir, mas nós não totalizamos nem somos donos da verdade.

A todos os partidos, tal como temos dito a todos os nossos parceiros sociais, com quem dialogamos, reafirmamos, com humildade, o nosso desejo de colher sugestões e propostas que se insiram no objectivo, que temos vindo a assegurar, de defender da melhor forma os Açores. Recebemos com gosto sugestões e propostas para compensar os que agora estão mais prejudicados pelas dificuldades que nos chegaram, mas também as queremos para as tarefas e opções que envolvem a governação em geral dos Açores. A oposição não é governo, mas não

deve estar ausente da formação de opinião sobre todas as matérias que envolvem o interesse público que os governos operativamente acautelam.

Em todos os casos, a resposta à nossa disponibilidade de concertação, que se alicerça no interesse colectivo, deve ser dada com o maior sentido da responsabilidade. E é isso que muitas vezes não acontece da parte de partidos que não estão no Governo, que se aproveitam da facilidade com que podem falar sem que tenham que se preocupar com as dificuldades que separam as promessas das realidades. Tivemos, nestes debates da Assembleia Legislativa, infelizmente, vários exemplos.

Veja-se o caso do transporte aéreo: evidentemente que é fácil – é até uma evidência – reconhecer que ele é ainda caro e às vezes é raro, apesar de, a preços actuais, ainda serem mais baratas as viagens nas rotas entre ilhas, e de e para o Continente, do que eram há dez anos. A oposição fala, no entanto, de facilidades como se, por todo o lado, nada se passasse de anormal neste sector: a previsão do volume de transporte aéreo para 2009 na Europa é de uma quebra de 6,5%; as companhias aéreas despedem na Europa milhares de funcionários; quase todas cancelam rotas e alienam aeronaves e outros activos; outras desapareceram ou entraram compulsivamente em fusões; só nos primeiros oito meses deste ano faliram trinta transportadoras aéreas em países como o Reino Unido, a Espanha, o Canadá, os Estados Unidos, a Noruega; países como a Itália, a Suíça e a Áustria perderam as suas companhias emblemáticas.

Como se pode, pois, exigir da SATA, que continua a ser uma pequena companhia – e tão dependente de um contrato com o Estado português e a Região Autónoma para rotas de serviço público que outras transportadoras não querem fazer – que baixe sempre e mais os preços, que faça mais e mais promoções em mais lugares e rotas, que alargue rotas e que aumente frequências em todas as ilhas e nos destinos de exterior, como aconteceu vários senhores deputados exigirem ontem aqui sem se atreverem a fazer uma única conta? Na sua demagogia, contando agradar todos, só dizem ao Governo: “baixem os preços, façam isto e aquilo, é para isso que a SATA existe!” O problema é que baixando assim, e fazendo isso e mais aquilo,

depois a SATA deixa de existir e isso é que seria, verdadeiramente, o maior prejuízo, nos próximos anos, para as acessibilidades e para o desenvolvimento dos Açores.

Veja-se, senhoras e senhores deputados, o caso do emprego e do desemprego na nossa Região. Como se pode desabonar os resultados das políticas do Governo em matéria de emprego, apenas com o recurso à evidência retórica de que é preciso mais e mais emprego. Evidentemente que nós temos a ambição de acolher imediatamente no nosso mercado de trabalho os jovens que concluem a escolaridade e a sua formação, mas isso não é possível sempre, em todas as ilhas e em todas as áreas profissionais, como não o é em lugar nenhum. Mas, mesmo assim, nós somos melhores do que muitos outros: entre 1996 e este ano a população empregada cresceu quatro vezes mais nos Açores do que na União Europeia, o emprego cresceu seis vezes mais do que na Madeira e catorze vezes mais do que em Portugal. As últimas informações estatísticas conhecidas do Eurostat e do INE revelam que o desemprego nos Açores, apesar de ter aumentado face ao ano anterior, é mais baixo do que na maioria dos países europeus e voltou a ser o mais baixo entre todas as regiões do país. Como pode uma oposição responsável pedir o pleno emprego?

Veja-se outro caso, ainda. Por todo o mundo, à escala global, ao nível de governos de Estados e de associações criminosas, o tráfico de drogas progride, mobilizando meios incalculáveis de combate para conter a expansão desse negócio sinistro. São mais de oito mil mortes anuais de jovens por consumo nos países da União Europeia e os efeitos devastadores em jovens, nas suas famílias e nas sociedades, são terríveis. A nova orgânica do Governo passou a integrar uma Direcção Regional de Prevenção e Combate às Toxicodependências. Anunciámos a criação e construção do Centro de Tratamento e Reabilitação de Jovens Toxicodependentes dos Açores – nem sequer uma manifestação de apreço da parte da oposição; anunciámos programas especiais de reintegração de toxicodependentes e de apoio às famílias com pessoas com dependências – nem uma palavra elogiosa ou animadora da oposição. Os partidos, nos Açores, são unânimes, evidentemente, na condenação e preocupação com o fenómeno, mas não resistem, como tem acontecido no caso da oposição, de forma pouco séria, a apontar o dedo ao Governo, como se

um governo sozinho pudesse pôr termo a esse flagelo. Pode-se pedir isso a um governo? Não se deve, a nosso ver, estar sem limites éticos e morais na crítica inter-partidária.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Vamos continuar a trabalhar. A trabalhar para que haja mais riqueza, mais emprego, mais segurança, mais oportunidades e melhores condições em todas as nossas ilhas. A trabalhar para valorizar as pessoas, particularmente as jovens, e para estimular e apoiar as empresas. Para melhorar o rendimento das famílias e para ajudar na capitalização e capacitação das empresas.

Tal como todos os membros do Governo, tenho consciência mas não temo a complexidade dos desafios. Temos, todos, muito orgulho e muita determinação em servir a nossa terra e em trabalhar pelo bem comum.

As açorianas e os açorianos podem contar connosco. Os açores precisam de todos.

Muito obrigado.

Carlos César
Presidente do Governo